



## O envelhecimento ativo e a educação ao longo da vida

*Carlos Humberto Spezia<sup>1</sup>*

### RESUMO

O objetivo deste texto é o de refletir sobre a Educação ao Longo da Vida como um conceito polissêmico, o que dificulta a sua interpretação, podendo ser mencionado como algo extremamente genérico. O artigo apresenta uma linha do tempo em relação ao uso da temática da Educação ao Longo da Vida, ligando-o diretamente à necessidade do bem-viver e da cidadania. A proximidade do Envelhecimento Ativo se faz clara na abrangência e na importância do reconhecimento, bem como na aplicação das políticas de Educação ao Longo da Vida discutidas e referendadas nos fóruns nacionais e internacionais. Educar e Aprender ao Longo da Vida significa, primariamente, o reconhecimento formal das habilidades e competências desenvolvidas ao longo da vida das pessoas.

**Palavras-chave:** Educação. Vida. Envelhecimento.

### ABSTRACT

This text aims to discuss about Education Through Lifespan as a polissemic concept, which makes difficult its interpretation, because it can be mentioned as something extremely generic. The article presents a timeline in relation to the use of the topic Education Through Lifespan, connecting it with the need of living well and of citizenship. The proximity of Active Aging is clear in the coverage and in the importance of recognition, as well as in the application of the policy of Education Through Lifespan discussed and referred in national and international forums. Teach and Learn through Lifespan means, first, the formal recognition of abilities and competencies developed through people's lives.

**Keywords:** Education. Life. Aging.

---

<sup>1</sup> Doutor em Pedagogia pela Universidade Nacional Autónoma do México, Pós-graduado em linguística e formação de professores pela Universidade de Cambridge, Inglaterra e em Gestão de Projetos pela UCAM e em Bioética pela Universidade de Brasília – Palestrante do XXVI Congresso Nacional das APAES, 2017.



## INTRODUÇÃO

Os temas envelhecimento ativo e educação ao longo da vida estão contemplados em várias agendas internacionais, dentre elas a OMS, os Objetivos Sustentáveis do Milênio, as Conferências Internacionais da UNESCO de Educação de Adultos – Confinteas e a nossa Constituição Federal de 1988. Após a Organização Mundial da Saúde ter lançado a iniciativa do Envelhecimento Ativo em 2002, surge, no Brasil, a prioridade da pessoa idosa como sujeito de Políticas Públicas de Saúde no Pacto pela Vida, que trouxe consigo a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSI). A partir desse momento, consolida-se o conceito de Envelhecimento Ativo, lançado em 2002 pela Organização Mundial da Saúde, com a intenção de conquistar uma vida com mais qualidade e longevidade, acompanhada de oportunidades contínuas para a saúde, a educação e a segurança das pessoas idosas.

O envelhecimento ativo então, embora de forma lenta, começa a ganhar espaço na nossa sociedade, entretanto, muitas são as dificuldades e os desafios que, mesmo com a delimitação dos direcionamentos para o cuidado da pessoa idosa, pouco têm sido observados em termos de resultados práticos, seja por falta de recursos ou por problemas de gestão na execução das políticas. Não obstante, é inegável a importância do progresso no âmbito da legislação e os diversos programas promovidos por organismos internacionais e organizações da sociedade civil.

Em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York e reconheceram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 tem por objetivo o fortalecimento da paz universal. Seu planejamento está ancorado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. Os objetivos e metas da Agenda servem de orientação para que todos os países promovam ações necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro.

*A agenda 2030, desenhada em consequência dos desdobramentos dos progressos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e suas lições aprendidas, resultou em um novo pacto de todos os países interessados para a sua definição e aprovação pela Organização das Nações Unidas em Assembleia Geral em setembro de 2015. A agenda é resultado do trabalho conjunto de*



*governos de todo o mundo para criar um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. Uma agenda com tal propósito tem a obrigação de ser ousada e desafiadora. Os 17 objetivos da Agenda 2030 têm essa difícil missão.*

O objetivo 04, Educação de qualidade, trata especificamente o tema da Educação ao Longo da Vida. A educação está sempre presente nas agendas internacionais e é consenso entre os países que sem a contemplação das demandas educacionais, seja na qualidade, abrangência, inclusão e diversidade, a missão da própria agenda não poderá ser cumprida. Consequentemente, os gestores governamentais devem ter claro que sem o atendimento das demandas provenientes desse objetivo, nenhum outro poderá ser atendido na sua plenitude. A Assembleia Geral das Nações Unidas, ao aprovar a agenda 2030, teve o cuidado de trabalhar a interdependência dos objetivos para se evitar a adoção de políticas isolacionistas pelos países-membros.

## **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AO LONGO DA VIDA**

O papel dos gestores escolares e de todas as pessoas comprometidas com a educação, de forma direta ou indireta, é o de continuar trabalhando em favor de todas as ações que tornem a educação mais inclusiva. Nosso papel deve centrar-se na prática da gestão por resultados, enquanto gestores, e na dedicação à conquista de espaços políticos para as pautas da educação, enquanto docentes. A permanente busca pela educação e a formação continuada de docentes na perspectiva da educação ao longo da vida devem ser o papel e o cuidado de gestores escolares e professores. O gestor escolar deve sempre atuar considerando também a ótica do professor e, de igual forma, o professor como gestor.

Investimentos na área educacional, seja no recrutamento ou na formação de professores, são capitais para o desenvolvimento de políticas educacionais. Não menos ou mais importante do que qualquer outra meta da agenda, a educação inclusiva congrega pré-requisitos capitais para o cumprimento dos objetivos globais. Políticas nacionais de educação demandam incentivos financeiros e cuidadosa organização metodológica para a sua implantação. Embora o Brasil tenha progredido bastante nas últimas duas décadas em relação à discussão da educação inclusiva, ainda



há muito a ser discutido, principalmente quanto às questões que geram polêmicas por serem discriminatórias ou não.

O governo brasileiro deve continuar com os debates sobre o tema, em particular sob o prisma da inclusão. Para atender à legislação vigente, ainda faltam recursos financeiros. Avançamos consideravelmente na retórica, mas faltamos com a prática. A exemplo, temos o Plano Nacional de Educação (PNE) com uma meta específica para a educação inclusiva, mas temos dificuldades para colocar em prática políticas de educação inclusiva no Brasil e outras políticas, como é o caso da Educação de Jovens e Adultos

Não obstante, o Brasil tem envidado alguns esforços para adotar políticas integradas à educação ao longo da vida. A Educação ao Longo da Vida foi reconhecida pelo governo brasileiro na V Conferência Internacional de Educação de Adultos, a CONFINTEA V, realizada em 1995 em Hamburgo, na Alemanha. Em 2009 o Brasil sediou a VI CONFINTEA, em uma parceria entre o Ministério da Educação e a UNESCO, na cidade de Belém do Pará, ocasião que foram reforçadas as recomendações provenientes do conceito de Educação ao Longo da Vida. De certa forma, a educação ao longo da vida já estava reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (9.394/1996), no seu artigo primeiro: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Mais recentemente, em 2018, essa mesma Lei passou a prever o conceito de educação e aprendizagem ao longo da vida, inserido como direito no contexto da educação de jovens e adultos (EJA). Há consenso sobre o fato de que se aprende ao longo de toda a vida e que os processos educacionais ocorrem em três categorias básicas de atividades de aprendizagem: aprendizagem formal; aprendizagem não formal e a aprendizagem informal.

Apesar dos esforços legais para o reconhecimento da Educação ao Longo da Vida (ELV) por especialistas, instituições públicas e privadas, sua prática se encontra restrita a experiências educacionais exitosas realizadas no âmbito municipal ou estadual, por organizações não governamentais ou organismos internacionais. É urgente que tenhamos políticas que organizem e regulem a oferta da ELV em todo território nacional.

Toda política que tenha como base a educação ao longo da vida deve contemplar a participação social, a cidadania e a autonomia dos indivíduos, mediante ações integradas, que visem aumentar a escolaridade média da população, foco formativo na educação de jovens e adultos e



melhoria da acessibilidade às instituições educacionais. Tais medidas, a exemplo, somente poderão ser tomadas pela organizada capacidade de gestão envolvendo alunos, professores e instituições.

O objetivo 4 da Agenda 2030, Educação de Qualidade é: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, contemplando a importância da Educação ao Longo da Vida, que é detalhada ao longo das suas sete metas.

Tabela 1: Objetivo 4 da Agenda 2030

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário
4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade
4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade
4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática
4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos
4.b Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Fonte: ONU (2020)

O apoio das organizações da sociedade civil tem sido vital para o desenvolvimento de iniciativas incentivadoras de políticas para pessoas idosas. É de responsabilidade de todas as pessoas, Estado e família, a prioridade nas agendas dos governantes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSI). Ao tratarmos os temas de envelhecimento e educação ao longo da vida, não há como deixar de mencionar um agente que contribui imensamente para a falta de dignidade,



exclusão, pobreza e infelicidade da pessoa idosa. Trata-se do analfabetismo, que ocupa destaque nas camadas da população com idade mais avançada.

## ANALFABETISMO NO BRASIL

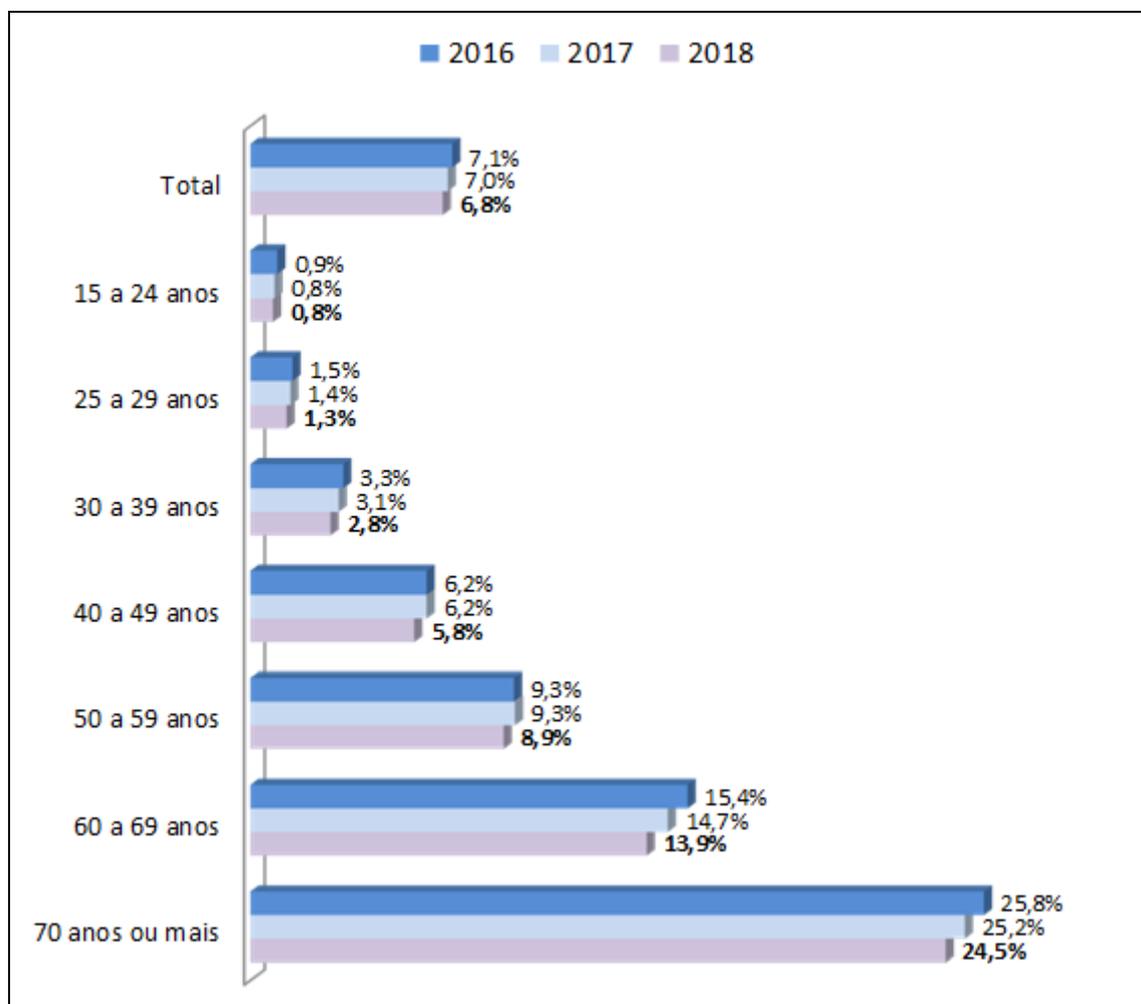
De acordo com o Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2017), o Brasil é a oitava maior economia do mundo, mas ainda se encontra entre os dez países com a maior população analfabeta. Nossa Constituição Federal de 1988 estabelece educação como direito de todos, sejam crianças, jovens, adultos e idosos. O direito à educação proporciona cidadania. É pela alfabetização que iniciamos nossos processos de aprendizagem formal e ingressamos no mundo letrado. Uma vez parte do mundo letrado, usufruímos mais dos processos de aprendizagem informais e não formais.

Infelizmente, o número de pessoas não alfabetizadas no Brasil ainda é alto. De acordo com a PNAD 2019, o Brasil possui 11,2 milhões de pessoas analfabetas absolutas com 15 anos ou mais. Isso corresponde a 6,8% da nossa população. Esse número é mais alarmante se considerarmos a quantidade de pessoas analfabetas funcionais. Nesse caso, temos mais de 27 milhões de pessoas, ou seja, 17,1% da nossa população com 15 anos ou mais.

Sendo assim, 22,3% dos 6,8% dos analfabetos absolutos do Brasil têm mais de 60 anos. Isso ilustra claramente que a maior parte dos nossos analfabetos é composta por pessoas idosas. Lamentavelmente, os programas e as políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são ineficientes para atenderem à demanda reprimida em níveis municipal, estadual e federal. Além disso, o sistema de repasse do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) ainda penaliza a EJA na proporção de 0.8 por aluno de EJA frente a 1.0 para os outros alunos da educação básica.

Esses dados mencionados são do próprio governo, que, logicamente, tem ciência das proporções e como a taxa de analfabetismo pode ser impactada pelas políticas públicas que foquem nesse público específico. Para isso, é necessário, além de investimento e vontade política, competência gestora para a execução. Obviamente, é importante considerar a origem desse problema de acesso à EJA, que é proveniente das diversas falhas do ensino regular. Necessitamos de uma reforma da educação básica para que a EJA não seja mais necessária. Essa é a realidade que desejamos. Quando não houver mais a demanda para as turmas de EJA, teremos diminuído muito os processos de exclusão no país.

Gráfico 1: Taxa de Analfabetismo no Brasil – PNAD



Fonte: PNAD (2016/2019)

Para termos efetivas alterações nesses números, é necessário que as políticas e os programas de alfabetização reconheçam a alfabetização como um processo contínuo de desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e numeramento, para que a universalização do alfabetismo aconteça de forma harmônica e progressiva. O reconhecimento da alfabetização como direito fundamental de todas as pessoas é integrado à perspectiva da aprendizagem e educação ao longo da vida. Alfabetizar o Brasil implica em reconhecer as diferentes e as necessárias abordagens didáticas, reconhecer as competências e as habilidades dos alunos jovens e adultos, respeitar a sua história de



vida, realizar materiais didáticos apropriados e integrados às suas diferentes realidades e prepará-los para o mundo do trabalho.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015**. Brasília: Ministério de Educação, 2014.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em: 4/04/ 2019.
- IRELAND, Timothy D. A relevância de Paulo Freire para o debate sobre desenvolvimento e educação na agenda pós-2015 – o papel da educação popular. In: MILITÃO, Sílvio Cesar Nunes *et al.* (org.). **A atualidade de Paulo Freire frente aos desafios do século XXI**. Curitiba/PR: CRV, 2015.
- JUDT, Tony. **Ill Fares the Land**. New York: Penguin Books, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- UNDP. **Agenda 2030**. Genebra: Organização das Nações Unidas, 2015.
- UNESCO. **Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios**. RMG de EPT. Relatório Conciso. Brasília: UNESCO, 2015.
- UNESCO. **Marco de Ação de Belém**. Brasília: UNESCO, 2010.
- UNESCO. **Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos – Repensando a Alfabetização**. Brasília: UNESCO, 2014.
- WORLD BANK. **World Bank: Top 10 economies in 2017**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 04/04/2019.